

TRADUÇÃO TÉCNICA, CONDICIONANTES CULTURAIS E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE DO TRADUTOR¹

João Azenha Jr
USP

EM UM LIVRO DE 1983, *The translator's handbook*, Catriona Picken justapõe duas ilustrações que retratam o tradutor em seu ambiente de trabalho: de um lado, vemos um quarto abarrotado de livros, um cesto de papel cheio de páginas amassadas e, no meio de tudo isso, alguém que olha para o relógio com expressão aflita, enquanto um gato entorna o líquido de um copo sobre as poucas laudas de tradução já prontas; na outra ilustração, o tradutor está sentado diante de seu computador, dispõe de uma pequena estante organizada de livros e trabalha, ao que tudo indica, sem o *stress* da primeira situação retratada. As duas ilustrações fazem parte de um capítulo em que se discutem as ferramentas de trabalho do tradutor e a sua importância para se reduzir a margem de erro da tradução.

Em se tratando de traduções técnicas, não é pequeno o anedotário sobre os “desastres” provocados por erros: os casos relatados vão desde acontecimentos mais corriqueiros como eletrodomésticos queimados e motores fundidos, passam por acidentes de maiores proporções como pontes que não se sustentam e chegam a óbitos decorrentes da ingestão em dosagem indevida de medicamentos e até a catástrofes ecológicas provocadas pelo uso incorreto de agrotóxicos. Conquistas sociais mais recentes como o Direito Ambiental e os Códigos de Defesa do Consumidor têm garantido, de um lado, amparo legal às vítimas de tais eventos; de outro, considerando a possibilidade de intervenção de terceiros ao longo do processo de produção dos textos técnicos, muitos tradutores se cansaram de receber sobre os ombros toda a culpa pelas conseqüências de tais erros e buscam amparo em contratos de seguro — como é o caso de tradutores e intérpretes da

União Européia —, a fim de se protegerem das conseqüências de erros que, apesar de involuntários, nem sempre podem ser evitados.

Sem pretendermos questionar a veracidade de tais relatos, ou minimizar a sua gravidade, cremos que uma reflexão mais sistemática sobre a natureza e as características da tradução técnica pode contribuir, num primeiro momento, para um esclarecimento acerca das relações envolvidas nesse tipo de tradução e, no médio prazo, para uma transformação no *status* de que desfruta esse tipo de trabalho no interior das discussões sobre tradução. Para tanto, porém, é condição *sine qua non* o abandono da noção pré-concebida, amplamente difundida e, na maioria das vezes, equivocada, de que os textos técnicos são qualitativamente “inferiores” aos textos de base cultural mais evidente, o que justificaria sua existência à margem de tais discussões. Num plano mais abstrato, parece que traduzir um manual de operação para uma máquina de emborrachamento de tecido, por exemplo, continua sendo uma atividade “menor” do que traduzir um poema. No domínio concreto do uso, porém, se é verdade que o manual dificilmente seria o livro de cabeceira de alguém, também é verdade que o poema de nada serviria ao operário no momento de trabalhar com a máquina. A aplicabilidade imediata do que se entende (ou não) a partir da leitura de um texto técnico traduzido sublinha a questão do erro de tradução, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a responsabilidade do tradutor e para as possíveis conseqüências da atividade de traduzir sobre o dia-a-dia das pessoas.

A fim de reduzir a interferência de terceiros e de melhor controlar a margem de erros de tradução e suas conseqüências, o tradutor técnico dispõe hoje dos meios eletrônicos ultra-rápidos como as transmissões de mensagens e textos via computador, o acesso a banco de dados, os corretores ortográficos e gramaticais disponíveis no mercado e até de programas de tradução computadorizada desenvolvidos para áreas específicas e para um determinado par de línguas. Assim, por exemplo, o tradutor pode receber em seu computador o texto a ser traduzido e, enquanto usa o seu tempo para alguma outra coisa, aplica sobre o texto um programa de reconhecimento de termos, depois um programa de tradução, em seguida um corretor ortográfico e gramatical, para só começar a trabalhar efetivamente com o texto quando já dispuser, no seu equipamento, de uma minuta da tradução. Tem início, então, um trabalho de sintonia fina, por assim dizer: a leitura crítica, a revisão

terminológica através do acesso a bancos de dados, a consulta a especialistas de seu país e do exterior, a marca do seu estilo na constituição das estruturas sintáticas, o diálogo texto-imagem, a formatação final. Concluído o trabalho, o texto traduzido é enviado ao cliente via computador.

Esta terceira imagem, diferente das outras duas citadas no início deste artigo, não é de todo desconhecida da realidade dos tradutores técnicos brasileiros, mas sem dúvida ainda não constitui a regra. Ela revela alterações profundas no perfil e no comportamento dos tradutores e nos sugere uma reflexão, em ambiente acadêmico, sobre a natureza e as características da tradução técnica e suas conseqüências para os limites da responsabilidade do tradutor no mundo empresarial. O surgimento de um número cada vez maior de cursos de tradução no Brasil e o avanço mundial experimentado pelos estudos em tradução desde meados da década de 80 fazem dos cursos de formação de tradutores um espaço privilegiado para a discussão teórica e prática de problemas relacionados à tradução técnica e para a conscientização dos profissionais acerca das variáveis que cercam seu trabalho, dos direitos e deveres que possuem e da importância de seu papel social.

Até bem recentemente, as aulas de tradução técnica — e incluo aqui minha própria formação ao longo da década de 80 —, quando não eram vistas como um “mal necessário” na formação de tradutores, ocupavam uma parte pouco significativa da carga horária dos cursos. Em geral, tais aulas eram ministradas com base em textos frequentemente desatualizados, que um dia deviam ter dado algum trabalho de tradução ao professor e que, desde então, serviam de base para a correção das traduções dos alunos.

Trabalhando mais tarde como revisor para editoras de São Paulo, tive a oportunidade de copidescar textos de natureza técnica, que me chegavam às mãos com a incumbência de “rever a sintaxe”, já que a tradução tinha sido feita por um especialista e a terminologia estava 100% correta. Para o meu desapontamento, logo descobri que “rever a sintaxe” significava tornar o texto legível, ou seja, reescrevê-lo completamente e pela metade do preço pago pela lauda de tradução. Descobri, também, que o domínio do assunto aliado a conhecimentos da língua estrangeira não eram suficientes para se dar conta desta empreitada. Era necessária uma outra compreensão de texto além de algo que fosse a mera soma de léxico e sintaxe.

Em 1989, ano de desemprego para os tradutores que trabalhavam com editoras, aceitei algumas traduções técnicas para empresas e pude continuar observando como a questão da tradução técnica era, e em muitos casos ainda é, tratada. Não foram poucas as vezes em que alguém da empresa que contratou os meus serviços me telefonou dizendo que alguns termos que eu havia usado não eram “da praxe da empresa”, apesar de as minhas opções de tradução terem sido extraídas de fontes dicionarizadas e fidedignas. Em outras palavras, um mesmo referente recebia denominações diferentes em empresas de um mesmo ramo de atividade. E o que é pior: pouco ou quase nada havia que me permitisse encontrar respostas, sem ter de solicitar ajuda à própria empresa e me sujeitar ao constrangimento de ouvir comentários irônicos quanto aos meus conhecimentos sobre o assunto e sobre a língua da qual me propunha a traduzir. Para completar esse quadro desolador, algumas vezes tive de refazer o trabalho sob pena de não receber os honorários combinados para 45 dias após o recebimento da tradução pela empresa, sem qualquer correção monetária, numa época em que a inflação no Brasil ficava em torno dos 40% ao mês!

Elementos da minha própria experiência, aqui brevemente relatados, foram a base para uma reflexão mais sistemática sobre a problemática da tradução em geral e da tradução técnica para o par de línguas alemão-português, em particular. Ao percorrer o caminho da prática para a teoria, pude constatar que mais desastrosa para a tradução técnica do que os já citados casos de erros era uma visão largamente difundida, inclusive entre professores e teóricos da tradução, segundo a qual os textos técnicos, diferentemente de outros tipos de texto, seriam unívocos, “universais”. Nesse sentido, verifiquei que mesmo os teóricos da tradução mais liberais no que respeita à tradução literária e publicitária, pareciam admitir, para a tradução técnica, algo que, de resto, condenavam veementemente para a tradução como um todo: uma noção de tradução centrada eminentemente numa operação de transcodificação que se processava à margem de um enquadramento cultural. Como decorrência disso, os problemas de tradução técnica estariam fundamentalmente restritos ao plano lexical-terminológico, e o resultado do trabalho do tradutor seria tanto melhor, quanto maior fosse o seu domínio da(s) terminologia(s) envolvida(s).

Se isso fosse verdade, porém, então também deveria haver um

sistema de classificação tipológica de textos capaz de estabelecer uma divisão estanque entre os textos técnicos e todos os outros tipos de textos. Da mesma forma, os termos técnicos cunhados para abrigar conceitos deveriam constituir com estes um amálgama indissolúvel e imune aos efeitos do tempo e do espaço, a fim de poderem resistir a uma série de condicionantes: o uso lingüístico nas diferentes situações de comunicação técnica, a evolução da ciência, as defasagens tecnológicas entre os países, os diferentes critérios de medição, de normatização, as diferentes legislações, só para citar algumas.

A experiência de trabalho com a tradução de textos técnicos, porém, nos mostra que os tipos textuais são instáveis, que os textos são formas híbridas, que todos os textos estão sujeitos a um número elevadíssimo de variáveis e que a terminologia, longe de ser algo estático, é dinâmica e reconhece sua dificuldade em controlar a subjetividade no tratamento de seu objeto, a linguagem.

Examinando a literatura referente ao tema, pude constatar que a noção de texto técnico como um todo estrutural e funcional (Hoffmann, 1988) traz à luz outras dimensões de análise, nas quais se pode perceber com maior clareza o comprometimento dos textos técnicos com uma realidade cultural extralingüística. Tal enraizamento é, a meu ver, o ponto de partida para uma mudança de paradigma em relação à tradução técnica, pois, ao considerarmos as linguagens técnicas como subsistemas da linguagem geral, colocamos em igualdade de importância *todos* os níveis da hierarquia lingüística presentes nos textos técnicos. Sob essa perspectiva, passam a ser igualmente importantes para a constituição e, portanto, para a tradução do texto técnico os níveis grafo-fonológico, morfossintático e semântico, além da consideração de aspectos diretamente ligados à situação de recepção dos textos técnicos, ao contexto de comunicação e ao horizonte de valores culturais. E mais ainda: tal perspectiva inclui também os signos icônicos em diálogo com signos verbais, o que significa explorar — no caso dos textos impressos — o caráter funcional do tipo gráfico, os recursos de espacialização e de destaque, o emprego de cores, a nitidez e o nível de detalhamento das ilustrações, a qualidade do papel.

Prosseguindo no exame desta problemática, realizei uma pesquisa para cuja moldura teórica serviram de base as contribuições da linha funcional-cultural dos estudos tradutológicos, sobretudo de orientação

alemã — particularmente, os trabalhos de Reiß e Vermeer (1984), Justa Holz-Mänttari (1984), Mary Snell-Hornby (1986/88) —, combinados com conceitos e métodos dos estudos das linguagens técnicas — Möhn e Pelka (1984), Schmitt (1986/88), Schröder (1987) e Hoffmann (1988).

O ponto de partida para a pesquisa foi a hipótese de que, partindo-se das relações fundamentais entre linguagem e cultura, é possível evidenciar a importância da consideração de aspectos culturais na tradução de textos técnicos. Sob esta ótica, o texto técnico passa a ser visto como uma estrutura multidimensional ancorada historicamente, isto é, como um todo articulado com um momento histórico, formado por diferentes planos interrelacionados, todos eles portadores de sentido e, portanto, de relevância para o tradutor.

O exame da literatura deixou claro, num primeiro momento, que um tal estudo impõe a necessidade de se desenvolver um método de trabalho capaz de dar conta da diversidade de variáveis envolvidas e de assegurar o trânsito por disciplinas afins. Numa segunda fase da revisão da literatura, procedeu-se à avaliação crítica de dois modelos de tipologia textual desenvolvidos especificamente para a tradução — Reiß (1976) e Mary Snell-Hornby (1988) —, cujos resultados mostraram que o tipo de texto não é algo rígido e perene, a partir do que se podem tecer considerações generalizadoras, válidas para qualquer época e lugar, mas algo instável e de contornos esmaecidos. Nesse sentido, tornou-se patente a necessidade de se estabelecerem parâmetros objetivos para a realização de uma tarefa específica de classificação tipológica. Numa terceira etapa da constituição do marco teórico, o estudo de conceitos fundamentais das linguagens técnicas mostrou que as diferenças entre a linguagem comum e as linguagens técnicas são diferenças de grau, mas não de essência, e que, portanto, o processo de produção dos textos técnicos está sujeito a variáveis que são diferentes em grau, mas não em essência, das que influenciam a produção e a recepção de qualquer tipo de texto.

O *corpus* da pesquisa foi formado por exemplares de textos de instrução de um mesmo produto ou serviço, comercializado ou oferecido por uma mesma empresa na Alemanha e no Brasil. Foram dos seguintes tipos os exemplares de textos selecionados, em alemão e em português:

1. prospecto informativo sobre fitas para gravador;
2. folheto informativo e proposta de adesão a cartão de crédito;
3. manual informativo para aplicação de fungicida;
4. bula de remédio;
5. instruções para preparação e aplicação de tintura para cabelo; e
6. manual do proprietário de automóvel.

O trabalho com o *corpus* de textos apontou diferenças significativas entre os pares de textos estudados em cada caso. Tais diferenças confirmaram de maneira evidente o envolvimento dos textos com uma realidade cultural não apenas no nível do léxico e da sintaxe, como já era de se esperar, mas também em outros níveis da organização textual.

Nesse sentido, as estratégias de vulgarização dos conhecimentos técnicos apresentados nos textos se concretizaram de forma diferenciada numa e noutra língua/cultura. Nos textos alemães, foi possível enxergar com maior clareza uma estratégia de produção capaz de garantir unidade ao processo de decisão nos diferentes planos de organização textual. Assim, o estudo dos exemplares de textos alemães deixou claro que, para privilegiar a economia e a clareza, os textos alemães conjugavam coerentemente esforços integrados que iam do plano das escolhas lexicais até o diálogo texto-imagem. À guisa de exemplo, o estilo dos textos estudados tendia, em alemão, à nominalização — um recurso amplamente citado como caracterizador do estilo das linguagens técnicas — e isto se traduzia não apenas no predomínio de substantivos, inclusive com a nominalização de verbos e adjetivos e com todas as suas possibilidades de combinação, mas também em estruturas sintáticas que facilitavam a acomodação dessas nominalizações, como as estruturas de verbos funcionais, por exemplo, ou o emprego da voz passiva com todas as suas alternativas, além da adoção de uma programação visual que sustentava e organizava os sintagmas nominais, facilitando a ordenação das informações sem o uso do verbo.

Esta “espinha dorsal” da estratégia de produção do texto técnico de instrução foi mais evidente nos textos alemães do que nos brasileiros, talvez pelo fato de as linguagens técnicas já virem sendo descritas e discutidas na Alemanha há algumas décadas. Isso significa que, paralelamente à sujeição a normas técnicas que regulam o formato e conteúdo informativo de tais textos, o produtor alemão do

texto técnico de instrução conta também com um parâmetro de linguagem, do qual pode se aproximar ou se afastar, dependendo dos objetivos de sua estratégia de trabalho.

Nos textos em português, o exame dos pares de textos revelou pontos em que a estratégia de produção de um texto de vulgarização apresentava falhas que comprometiam, às vezes seriamente, a compreensão. Novamente, o problema estava em se combinar adequadamente a simplificação técnica almejada com os objetivos da clareza e da concisão.

No plano do léxico, por exemplo, contribuíram para a imprecisão da informação, entre outros, o emprego de atributos e advérbios que modificavam de forma apenas indefinida o substantivo a que se referiam. Nesses casos, a pressuposição, por parte do produtor, era a de que o receptor do texto seria capaz de preencher inequivocamente essas lacunas, podendo determinar, por exemplo, o que seria “uma distância apropriada” para a colocação do triângulo de advertência (manual do usuário de automóvel), ou o que significava a indicação “bem cedo” para a aplicação de um fungicida. Ainda quanto ao léxico, foram detectadas ao longo da análise algumas discrepâncias na acomodação de estrangeirismos — por exemplo, a questão da palavra “cassete” no folheto em português sobre fitas para gravador — e o emprego de adjetivos com função conotativa, que privilegiavam a opinião pessoal do produtor textual em detrimento da informação objetiva sobre o produto ou o serviço.

No plano da sintaxe, contribuíram para a pouca especificidade das informações o largo emprego de gerúndio, a omissão dos sujeitos, a falta de sistematicidade na formulação das instruções e o tratamento assistemático dispensado às modalizações. Ao que tudo indica, a falta de elementos coesivos pareceu estar ligada a uma noção de “bom estilo” — segundo a qual não se deve repetir um mesmo elemento — transplantada de outras tipologias de texto para os textos técnicos de instrução, com prejuízo para a acuidade das informações e instruções veiculadas.

Somam-se a estes problemas os erros de ortografia, acentuação e regência, que apontaram para um processo de revisão deficitário e reforçaram a hipótese de que o texto final não passou pelo crivo de leituras críticas mais apuradas.

Outros dois aspectos dos folhetos em português merecem ainda

um comentário. Em primeiro lugar, o exame da estruturação do texto revelou pontos em que a relação entre o título (ou subtítulo) e o conteúdo da passagem não ficou suficientemente marcada. Em segundo, o uso de signos icônicos ora deu sustentação ao texto verbal — como na identificação de peças e componentes do automóvel —, ora funcionou contrariamente à clareza, como no caso da redução do tipo gráfico na “Posologia” da bula de medicamento.

A análise de tais aspectos permitiu identificar que, nos textos alemães, a conjugação de esforços articulados em todos os planos da organização textual teve por objetivo enfatizar a especificidade técnica dos produtos e serviços oferecidos, ao passo que, nos folhetos brasileiros, essa ênfase se deslocou da especificidade técnica para símbolos e clichês que, em nossa cultura, parecem distinguir o consumidor de tais produtos e serviços.

Assim, a ampliação dos limites de tratamento de textos técnicos em sua relação com a tradução sugeriu uma reflexão mais criteriosa em pelo menos três grandes domínios:

1. Na orientação de pesquisas em tradução. Para o estudioso que busca apoio teórico-metodológico para descrever o processo tradutório de forma mais próxima de sua complexidade, tal perspectiva requer uma predisposição para um trânsito contínuo de uma disciplina a outra, na busca de princípios, critérios e modelos combinados, a serem testados quanto à sua aplicabilidade e quanto à sua flexibilidade. Um tal trânsito, porém, exige uma sólida infra-estrutura de trabalho, um tempo mais prolongado para sua realização e oferece o risco — graças justamente ao número elevado de variáveis que envolve — de uma desorientação, para o que contribui a falta de critérios e de procedimentos previamente estabelecidos. Nesse quadro, assume importância vital a reflexão sobre os objetivos do estudo, e o modo como o tradutor-pesquisador justifica os recortes metodológicos e conceptuais adotados em função do objetivo traçado, pois só a transparência dessa relação pode garantir a coerência e a unidade do trabalho e fornecer os parâmetros a partir dos quais possa ser feita sua avaliação.

2. Na determinação de critérios de avaliação de traduções técnicas. Ao se estender o plano de ação do tradutor dos limites do

léxico e da sintaxe para questões estilísticas, formais, convencionais, e até para o emprego consciente de recursos gráficos e tipográficos, amplia-se consideravelmente a margem de atuação do tradutor e modificam-se os critérios de avaliação de seu trabalho. A chave para uma atuação mais ou menos eficaz do tradutor parece estar no seu grau de consciência das variáveis que entram em jogo em cada caso e na sua habilidade em controlar tais variáveis com a determinação de objetivos e estratégias claros, realizáveis através do uso otimizado dos instrumentos de apoio disponíveis. Para o profissional de tradução, que freqüentemente se vê diante da necessidade de desenvolver uma técnica para a rápida aquisição de conhecimentos específicos, a noção do comprometimento dos textos com uma situação de comunicação e com uma realidade cultural impõe também a necessidade de reflexões prévias, de estratégias de trabalho, de escolha de caminhos, que serão tão mais eficazes e positivamente avaliados quanto maior for a capacidade e a predisposição do profissional em estabelecer os limites, objetivos e estratégias de cada trabalho que realiza; quanto maior for, em suma, sua habilidade em mostrar à instância que lhe encomenda o trabalho seu papel de co-responsável no resultado final.

3. Na didática da tradução. Para o professor de tradução, enfim, a ampliação dos limites de atuação do tradutor técnico sugere um trabalho voltado para a *conscientização de variáveis* envolvidas num processo tão complexo, para a *formação de um espírito crítico*, no sentido do reconhecimento de potencialidades e do emprego consciente de recursos expressivos, e para a *instrumentalização* dos futuros tradutores, entendida esta última como a habilidade em usar de forma otimizada os meios de apoio disponíveis em cada caso. Ao reverem seus conceitos e reconhecerem a relatividade das considerações sobre tradução, os alunos precisam ser orientados no delicado trabalho de desestruturação paulatina de noções herdadas e na reestruturação de uma visão que lhes garanta a familiaridade com conceitos como, por exemplo, o da instabilidade de procedimentos e resultados. Neste contexto, o desafio está em se cuidar para que a motivação que leva o aluno a buscar um curso de tradução não seja prejudicada pelo processo de conscientização e pelo acúmulo de responsabilidades, dela decorrente. Nesse sentido, o processo de conscientização deve ser acompanhado de uma ampla instrumentalização, a fim de que o

estudante de tradução desenvolva paulatinamente a confiança nas suas próprias decisões e não se veja de uma hora para outra abandonado à própria sorte. Também aqui a coerência e a unidade da integração professor-aluno de tradução só serão garantidas se houver uma reflexão prévia quanto aos objetivos do curso e desde que as relações entre o referencial teórico-conceitual e os procedimentos didático-metodológicos forem mostradas com clareza.

Para concluir, as reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa sugerem um redimensionamento do perfil do tradutor técnico, de seus diferentes papéis como centro do processo decisório envolvido na tradução e, conseqüentemente, do seu grau de responsabilidade no momento da avaliação de seu trabalho. Trata-se aqui, em outras palavras, de um processo de constante entendimento entre quem pede e quem realiza a tradução. É a iniciativa de tal entendimento deve, a meu ver, partir do próprio tradutor. É ele que precisa convencer quem encomenda a tradução acerca da necessidade de se integrarem esforços, de se discutirem alternativas, de o processo de produção do texto técnico se caracterizar como um trabalho de equipe. É a ele que cabe elucidar clientes e consumidores de traduções técnicas sobre as múltiplas relações de interdependência entre as escolhas que se fazem no plano do texto e suas possíveis interpretações por parte da comunidade de leitores, já que o texto técnico, como qualquer outro tipo de texto, é um todo integrado numa realidade tecnológica culturalmente condicionada, que ele reflete e condiciona. É ele que deve abandonar a posição de quem se lamenta por não ser compreendido e partir para o contra-ataque. “Arrumar a casa” da tradução técnica, como na passagem de uma das ilustrações mencionadas no início para a outra, requer o exame cuidadoso do que deve ser descartado, do que precisa ser substituído.

Este trabalho de reconhecimento de problemas e de busca consciente de soluções tem ressonâncias profundas no indivíduo e não se desenrola de maneira uniforme de tradutor para tradutor, mas depende, em última análise, do grau de resistência de cada um em ceder em suas noções pré-concebidas sobre linguagem e tradução. O desenvolvimento da confiança em seu próprio trabalho, desatrelada da noção de que melhor traduz aquele que melhor conhece a língua estrangeira e o assunto em questão na tradução, pode revelar dimensões

de atuação até então inexploradas para muitos, e abrir portas para uma melhor compreensão de si mesmo e de sua relação com a linguagem e com as diferentes visões de mundo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZENHA Jr., J. - *Aspectos culturais na produção e na tradução de textos técnicos de instrução alemão-português: teoria e prática*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP/FFLCH/DLM, 1994.

HOFFMANN, L. (ed.) - *Fachsprachen. Instrument und Objekt*. Leipzig, VEB Enzyklopädie, 1987.

HOFFMANN, L. - "Ein textlinguistischer Ansatz in der Fachsprachenforschung". In: HOFFMANN, L. - *Vom Fachwort zum Fachtext. Beiträge zur Angewandten Linguistik*. Tübingen, Narr, 1988.

HOLZ-MÄNTTÄRI, J. - *Translatorisches Handeln. Theorie und Methode*. Helsinki, Suomalainen Tiedekatemia, 1984.

MÖHN, D. e PELKA, R. - *Fachsprachen. Eine Einführung*. Tübingen, Niemeyer, 1984.

PICKEN, C. (ed.) - *The translator's handbook*. Londres, Aslib, 1983.

REIß, K. - *Texttyp und Übersetzungsmethode. Der operative Text*. Kronberg/Ts, Scriptor Verlag, 1976.

REIß, K./VERMEER, H.J. - *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen, Niemeyer, 1984 (Linguistische Arbeiten 147).

SCHMITT, P.A. - Die 'Eindeutigkeit' von Fachtexten: Bemerkungen zu einer Fiktion. In: Snell-Hornby, M. - *Übersetzungswissenschaft - eine Neuorientierung*. Zur Integrierung von Theorie und Praxis. Tübingen, Francke Verlag, 1986, p. 252-282.

SCHMITT, P.A. - Kulturspezifik von Technik-Texten: Ein translatorisches und terminographisches Problem. In: VERMEER, H.J. (ed.) - *Kulturspezifik des translatorischen Handelns*. Heidelberg, Universitätsdruckerei, 1989, p. 51-87.

SCHRÖDER, H. - *Aspekte sozialwissenschaftlicher Fachtexte. Ein Beitrag zur Fachtextlinguistik*. Hamburg, Helmut Buske, 1987.

SNELL-HORNBY, M. (ed.) - *Übersetzungswissenschaft - eine Neuorientierung. Zur Integrierung von Theorie und Praxis.* Tübingen, Francke, 1986.

SNELL-HORNBY, M. - *Translation Studies. An integrated approach.* Amsterdã/Filadélfia, John Benjamins Publishing Company, 1988.

1. Este trabalho, em versão reduzida, foi apresentado no IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, realizado na UNICAMP de 4 a 6 de setembro de 1995. Os exemplos que sustentam as considerações aqui tecidas, e outras, fazem parte de uma publicação de maior vulto, ainda em fase de elaboração.

re